

EDITORIAL

A institucionalização do tema “gestão social” tem início, no Brasil, nos anos 90, precisamente em 1992, quando pesquisadores brasileiros e de outras nacionalidades latino-americanas participaram do Seminário Iberoamericano de Desarrollo de Profesores en Gerencia Social, realizado na cidade de Santa Cruz de la Sierra (Bolívia), evento promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Posteriormente, o governo brasileiro aderiu, com apoio do BID, e criou o Programa de Gestão Social brasileiro.

Observe-se, no entanto, que tal perspectiva, também desde o início de 1990, já vinha sendo debatida na Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) por meio do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS). Este Programa, por intermédio do Edital Pró-Administração nº 09/2008, vem discutindo a temática em coordenação com oito instituições de ensino superior (IES) do país e exterior*. Assim, o presente número especial do Cadernos EBAPE.BR procura dar continuidade a esta proposta de gestão viabilizando-a não só em processos de ensino, pesquisa e extensão, mas aliando-se a outras instituições universitárias dedicadas à temática.

O número 3, volume 9, do Cadernos EBAPE.BR, dá conta de um dos objetivos previstos no projeto Gestão Social: Ensino, Pesquisa e Prática, a disseminação dos estudos originados no âmbito das IES envolvidas, cujo cronograma de execução compreende os anos de 2010 a 2014. Destaca-se que a gestão social foi definida como um dos temas prioritários do edital elaborado pela CAPES. A importância da temática se revela, ainda, no número de projetos aprovados cujo foco está na gestão social: quatro entre os vinte e três contemplados pelo edital. Além disso, argumenta-se que os conhecimentos e práticas sobre gestão social como representação de processos de deliberação participativa são atualmente de grande importância na formação de administradores.

Assim, este número especial do Cadernos EBAPE.BR divulga os primeiros textos produzidos pelos pesquisadores oriundos das IES envolvidas no projeto Gestão Social: Ensino, Pesquisa e Prática. A abertura dos Cadernos advém com o artigo dos Professores Airton C. Cançado, Fernando G. Tenório e José R. Pereira, “Gestão social: reflexões teóricas e conceituais”, no qual buscam apresentar o estado da arte do significado que o tema tem alcançado no Brasil. Na percepção dos autores, a gestão social é antitética à

gestão estratégica uma vez que a primeira tem como preocupação o envolvimento de todos os atores no processo decisório, enquanto a gestão estratégica tem os seus mecanismos decisórios baseados na hierarquia. Na sequência, o tema “gestão social” é tratado pelo Professor Pablo Monje-Reyes em “Economía solidaria, cooperativismo y descentralización: La gestión social puesta en práctica”. O autor tenciona promover, criticamente, o debate conceitual entre as dimensões de economia solidária, cooperativismo e descentralização segundo o marco referencial da gestão social. Deste modo, nos dois primeiros artigos deste número, ambiciona-se discutir o conceito de gestão social.

O terceiro trabalho, “Gestão social dos Territórios da Cidadania: o Zoneamento Ecológico-Econômico como instrumento de gestão do território noroeste de Minas Gerais”, elaborado pelo Professor José R. Pereira et al., tem seu foco no método Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), cuja prática na região noroeste do estado de Minas Gerais demonstrou que o instrumento foi capaz de detectar, entre outros, transparência e responsabilização pública, fato que pode contribuir para discutir o potencial social de um território. Em “Gestão social e cidadania deliberativa: a experiência de Ilha Comprida – São Paulo”, o Professor Edson Sadao Iizuka et al., por meio de pesquisa e valendo-se do conceito de cidadania deliberativa, analisaram a experiência do Programa de Extração de Samambaia Silvestre, no Território da Cidadania localizado no estado de São Paulo.

No quinto texto, de Felipe Zani e Fernando G. Tenório, “Gestão social do desenvolvimento: a exclusão dos representantes dos empresários? O caso do Programa Territórios da Cidadania Norte – RJ”, os pesquisadores apontam que, no estado do Rio de Janeiro, especificamente no território analisado, os atores do setor empresarial privado não participam do processo coletivo de decisão previsto na metodologia do Programa, fato que descaracteriza práticas de gestão social. No texto seguinte, “A emergência do paradigma de desenvolvimento centrado no território na observação de duas políticas no cariri cearense”, Valéria Giannella e Antonio Édio Pinheiro Callou analisam dois casos de implementação de políticas territoriais em curso no cariri cearense, com base em uma reflexão teórica da literatura sobre a temática do desenvolvimento territorial. Os autores ressaltam as concordâncias e contradições na emergência do que definem como “novo paradigma de desenvolvimento centrado no território”, bem como suas implicações para a prática de uma gestão participativa do território.

O escrito do Professor Luis Moretto Neto et al., “Desenvolvendo o aprendizado em gestão social: proposta de fomento às incubadoras sociais”, além das discussões conceituais que envolvem o tema central desta edição, incorpora o pensamento de Alberto Guerreiro Ramos à luz do seu paradigma paraeconômico, relacionando-o com o exercício de incubadoras sociais no município de Canoinhas no estado de Santa Catarina.

A descrição de Jeferson Simões Santana et al., no artigo “Desenvolvimento territorial sustentável e desafios postos por megaempreendimentos: o caso do município de Itaguaí – RJ”, caracteriza-se por avaliar a ação dos poderes públicos locais e da sociedade civil na construção da sustentabilidade territorial, em contraste com a periodicidade do poder executivo. Incompatibilidade que, no caso do município estudado, contribui para o não fomento de sua governabilidade e, portanto, de uma gestão compartilhada entre os diversos atores daquele território fluminense. Já a narração de Jorge Oneide Sausen et al., “Desenvolvimento local e estratégia de pequenos empreendimentos agroindustriais – a lógica da cooperação e do associativismo: o Pacto Fonte Nova”, dá conta da pesquisa dos autores sobre como a interação entre os atores de um município, no caso Crissiumal, no Rio Grande do Sul, pode contribuir para o desenvolvimento local. A conclusão do estudo indica que, apesar de a proposta tentar articular os atores do território, alguns entraves impediram um resultado mais expressivo quanto aos propósitos de cooperação, solidariedade e associativismo. O tema da inclusão social observada por meio do modelo Múltiplos Fluxos é objeto do estudo de Maria Cecília G. Pereira e Marco Antonio C. Teixeira, autores convidados para este número, em “A inclusão de catadores em programas de coleta coletiva: da agenda local à nacional”. Os autores convidados para este número concluem que, na realidade brasileira e com base no objeto estudado, o modelo não dá conta de explicar as complexas relações entre o Estado e a sociedade civil. No último artigo deste conjunto de textos, “Gestão social e cidadania deliberativa: uma análise da experiência dos Coredes no Rio Grande do Sul, 1990-2010”, Sérgio Luís Allenbrandt et al. analisam a prática da gestão social nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) e arranjos institucionais praticados no Rio Grande do Sul. O texto explica que os Coredes, apesar de exercitarem a cidadania deliberativa, ainda carecem de uma cultura gerencial coletiva que impeça manipulações corporativas desses Conselhos.

Como texto conclusivo do presente Cadernos EBAPE.BR, a resenha do livro de Fernando G. Tenório e Pablo Monje-Reyes, “Ciudadania, participación y desarrollo local”. O autor, Professor Marco Antonio Teixeira, comenta sobre a contribuição da obra para o debate em

torno dos alcances e limites dos diferentes processos participativos que fortalecem o desenvolvimento com a participação cidadã. Apesar de no livro dissertar-se sobre casos ocorridos em países como Brasil, Chile e Espanha, considera o Professor Marco Antonio que isso não se constitui um obstáculo ao entendimento de seus propósitos na medida em que democracia, desenvolvimento e cidadania possuem os mesmos significados na perspectiva dos valores ocidentais.

Assim, o presente conjunto de textos associa os intentos de um projeto acadêmico, Gestão Social: Ensino, Pesquisa e Prática, com uma prática interinstitucional – rede – facilitadora também de uma prática assentada no conceito de gestão social que preconiza, entre outros elementos, substanciar as diferentes percepções, originadas nas distintas IES, quanto a uma práxis dialógica.

* Sob a coordenação-geral do PEGS/EBAPE/FGV, participam do projeto as seguintes as IES: Universidade Federal do Ceará (UFC – Campus Cariri), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). A Universidade Arte e Ciências (UARCIS – Chile) e a Universidade Autônoma de Barcelona (UAB) atuam como parceiras, porém, não fazem parte do projeto enviado à CAPES.

Fernando Guilherme Tenório
Editor Convidado

Agradeço a colaboração do editor convidado Fernando Tenório e de seus assistentes Thais Soares Kronemberger, Anderson Felisberto Dias e Ana Clara Barros, dos avaliadores *ad hoc*, da assistente editorial Fabiana Braga Leal e das revisoras Ângela Cristina da Silva e Leila Seabra pela atenção e dedicação ao longo do processo editorial deste número temático.

Desejo que o número tenha boa repercussão entre os pares!

Ana Lucia Guedes
Editora